

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.085 - PR (2019/0090580-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
RECORRENTE : AILTON MIRANDA DOS SANTOS ILES
RECORRENTE : ANA MELO CARDOSO DA COSTA
RECORRENTE : ANDERSON CELESTINO DA LUZ
RECORRENTE : CANDIDA DA LUZ GARCIA
REPR. POR : ELIANDRO DO CARMO DA LUZ
RECORRENTE : CAMILA DE LIMA DE OLIVEIRA
RECORRENTE : L A A DE L (MENOR)
RECORRENTE : L R S T (MENOR)
RECORRENTE : C R S T (MENOR)
REPR. POR : D T DE F S
RECORRENTE : DORIVAL DIAS BAPTISTA
RECORRENTE : E S F (MENOR)
RECORRENTE : E S F (MENOR)
REPR. POR : L M S
RECORRENTE : ELIZEU PONTES GONCALVES
RECORRENTE : EMERSON LIMA SANTOS
RECORRENTE : EMILSON DO ESPIRITO SANTO LIMA
RECORRENTE : ESMERALDO MATOS DE CAMARGO
RECORRENTE : FERNANDO ANTONIO DO NASCIMENTO
RECORRENTE : GABRIEL SANTOS MOREIRA
RECORRENTE : G DE M O (MENOR)
RECORRENTE : G DE M O (MENOR)
RECORRENTE : M A A DE M - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRENTE : MARCIA APARECIDA ALVES DE MOURA - POR SI E REPRESENTANDO
RECORRENTE : G O DO N (MENOR)
REPR. POR : V DE O P
RECORRENTE : G DE O R (MENOR)
REPR. POR : J DE L R
RECORRENTE : HEITOR DE OLIVEIRA ROSA
RECORRENTE : ILSON DE OLIVEIRA
RECORRENTE : ILZA DE OLIVEIRA DE LIMA
RECORRENTE : IVAN DIAS DE SOUZA
RECORRENTE : JACIRA FREITAS DA MOTA
RECORRENTE : JAQUELINE CARDOSO DE FREITAS
RECORRENTE : JOAO ANTONIO DOS SANTOS MORAIS
RECORRENTE : J L G DE M (MENOR)
REPR. POR : D A DOS S G
RECORRENTE : JOSE PEDRO DIAS DE JESUS
RECORRENTE : JOSUE DO ESPIRITO SANTO LIMA
RECORRENTE : JOZIELE MOURA ISIDORO
RECORRENTE : JULIO PEREIRA DE ANDRADE

Superior Tribunal de Justiça

RECORRENTE : L DA S S (MENOR)
REPR. POR : F J R DOS S
RECORRENTE : LEVANZIL LOPES DOS SANTOS
RECORRENTE : L G C (MENOR)
REPR. POR : A DA L G
RECORRENTE : LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA ANTUNES
RECORRENTE : MARCELO RODRIGUES DEJESUS FILHO
RECORRENTE : MARCIA APARECIDA ALVES DE MOURA
RECORRENTE : MARIA DO ESPIRITO SANTO LIMA
RECORRENTE : MARIA JOSE RODRIGUES DOS SANTOS DA COSTA
RECORRENTE : MARILAINE ROSA DA LUZ
RECORRENTE : NELSON DE OLIVEIRA
RECORRENTE : ORAZIL FURQUIM DE FARIA
RECORRENTE : OSEIAS DE MOURA ISIDORO
RECORRENTE : RICARDO FRANCO DE PONTES CAMARGO
ADVOGADOS : IRIA REGINA MARCHIORI E OUTRO(S) - PR012239
MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO - PR008749
ANDREA SABBAGA DE MELO - PR026678
DANIELA ROBERTA SLOGO - PR039436
RECORRIDO : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709
ADVOGADOS : PATRÍCIA RIOS SALLES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP156383
IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI - PR025814
FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826
RECORRIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADA : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348
ADVOGADA : TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129
RECORRIDO : LBG BRASIL ADMINISTRACAO LTDA
ADVOGADOS : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI E OUTRO(S) - PR025814
FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826
RECORRENTE : COMPANIA VALE DO RIBEIRA PARTICIPACOES LTDA
RECORRIDO : PLUMBUM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS
MINERAIS E INDUSTRIAIS LTDA
RECORRIDO : TREVISA INVESTIMENTOS SA
ADVOGADOS : ADEMAR DA COSTA FLORES JÚNIOR - RS572418
SERGIO ROBERTO DA FONTOURA JUCHEM E OUTRO(S) -
PR069997A
ESTEVAO FRANZOSO LUBISCO - RS074985

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por AILTON MIRANDA DOS SANTOS ILES E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra o v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim

ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. GRATUIDADE DA JUSTIÇA INDEFERIDA. LITISCONSÓRCIO ATIVO FORMADO POR 49 AUTORES. POSSIBILIDADE DE RATEIO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DA SUBSISTÊNCIA INDIVIDUAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (fl. 1.367)

Nas razões do apelo especial, os insurgentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 98 e 99, § § 2º e 3º e 1.022, I, II e III, do NCPC; 1º da Lei 1.060/50; e 1º, da Lei 7.115/83, sustentando, em síntese, fazerem jus aos benefícios da assistência judiciária gratuita, porquanto suficiente a mera declaração de pobreza.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso merece prosperar.

Na situação em apreço, o Eg. tribunal de origem indeferiu os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o seguinte fundamento, vejamos:

*Ainda que a declaração de pobreza tenha presunção de veracidade, conforme alegado pelos agravantes, necessário ter em conta o número elevado de autores que compõem o polo ativo, o que possibilita o rateio das custas e despesas processuais sem prejuízo da subsistência individual, diante do pequeno valor que caberá a cada um.
.(e-STJ, fls. 310-311).*

Ao assim decidir, dissentiu da jurisprudência desta Egrégia Corte. Com efeito, em observância ao princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional, previsto no art. 5º, XXXV, da CF/88, é plenamente cabível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita às partes. Disciplinando a matéria, a Lei 1.060/50, recepcionada pela nova ordem constitucional, em seu art. 1º, *caput* e § 1º, prevê que o referido benefício pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente para sua obtenção que a pessoa física afirme não ter condição de arcar com as despesas do processo, *in verbis*:

"Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária,

mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais." (grifo nosso)

O dispositivo legal em apreço traz a presunção *juris tantum* de que a pessoa física que pleiteia o benefício não possui condições de arcar com as despesas do processo sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família. Por isso, a princípio, basta o simples requerimento, sem qualquer comprovação prévia, para que lhe seja concedida a assistência judiciária gratuita.

Cumprе ressaltar que tal presunção é relativa, podendo a parte contrária demonstrar a inexistência do estado de miserabilidade ou o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente.

Com efeito, a jurisprudência firmada no âmbito desta eg. Corte de Justiça delinea que o benefício da assistência judiciária pode ser indeferido quando o magistrado se convencer, com base nos elementos acostados aos autos, de que não se trata de hipótese de miserabilidade jurídica.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE - PRESUNÇÃO RELATIVA - POSSIBILIDADE DE CONTROLE PELO JUIZ - PRECEDENTES - INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE E A CONDIÇÃO PESSOAL DO REQUERENTE - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME - INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO."

(AgRg no AgRg no Ag 978.821/DF, Relator o Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe de 15/10/2008)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. INDEFERIMENTO. POSSIBILIDADE. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ."

Superior Tribunal de Justiça

1. A declaração de pobreza, objeto do pedido de assistência judiciária gratuita, implica presunção relativa que pode ser afastada se o magistrado entender que há fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado.

2. É inviável o conhecimento de recurso especial quando a análise da controvérsia demanda o reexame de elementos fático-probatórios presentes nos autos, a teor do óbice da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no Ag 957.761/RJ, Relator o Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe de 5/5/2008)

No caso concreto, todavia, o Eg. tribunal de origem, ao indeferir o benefício da assistência jurídica gratuita, o fez não porque verificou nos autos elementos que afastavam a condição de miserabilidade jurídica, mas sim porque os autores, devido ao elevado número de demandantes que compõem o polo ativo, suportariam as despesas processuais, diante do pequeno valor que caberia a cada um.

Assim, imperiosa a reforma do aresto estadual.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para deferir os benefícios da assistência judiciária gratuita aos recorrentes.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator